



PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PRESIDENTE MÉDICI

**TERMO DE DECLARAÇÕES**

Aos doze dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove (12/08/2019), às 14h00min, no prédio da Promotoria de Justiça de Presidente Médici, onde presente se encontravam a Promotora de Justiça Lurdes Helena Bosa e a Secretária Luciana Rodrigues Freires, compareceu o Sr. **PAULO GONÇALVES BORGES**, brasileiro, convivente, agricultor, filho de Antônio Gonçalves Borges e Sebastiana Souza Borges, nascido no dia 04/06/1969, natural de Piracanjuba/GO, inscrito no CPF/MF 408.249.772-20, portador da CIC/RG n. 1440359 SSP/RO, e-mail: não possui, telefone (69) 9.9322-2189 (WhatsApp), residente e domiciliado na Avenida JK, 2269, Distrito de Jardinópolis, Município de Castanheiras, Comarca de Presidente Médici/RO, e prestou as seguintes declarações no feito extrajudicial nº 2019001010009983. "Que já trabalhei como agricultor na propriedade do meu sogro e, também, para terceiros; que fui servidor público do Município de Castanheiras, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, onde permaneci por cerca de quase dois anos; que acredito que o período que trabalhei na SEMUSA foi nos anos de 2015 e 2016; que, depois disso, estou cuidando de minha mãe, que apresenta problema de saúde; que sobrevivo de algumas economias que tenho, da remuneração de minha esposa e do benefício previdenciário de minha mãe; que apresentada a denúncia de fls. 07/15 dos autos, o convidado reconheceu como sendo sua a assinatura lançada; que a minha escolaridade é primário completo; que não faço ideia do significado da palavra admissibilidade; que não sei dizer sobre o que trata o Decreto-Lei nº 201/67; que os fatos que denunciei à Câmara de Vereadores foi o uso indevido do caminhão caçamba da prefeitura, que é da Secretaria da Agricultura e que estava a serviço da Secretaria de Obras; o capotamento de uma caminhonete do PSF, quando seguia para o Município de São Francisco/RO, a qual sofreu perca total; uma funcionária de nome Isla, que foi nomeada e não comparecia ao serviço; as diárias para o Assessor Jurídico Luiz Carlos; o envolvimento do Prefeito Alcides com os Vereadores da Câmara; que, no total



**PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PRESIDENTE MÉDICI**

foram cinco itens; que não fui eu que redigi a peça de fls. 07/15 dos autos; que minha escolaridade não me permite a confecção de um documento deste nível; que contratei um advogado e ele fez a peça para mim; que esse advogado não me cobrou nada pelo serviço e me pediu que não era para eu comentar quem era que tinha confeccionado o documento; que convivo em união estável com Divaína Severina da Silva; que Divaína estava lotada no setor que alimenta o portal da transparência; que Divaína comentou comigo sobre a pessoa de Isla e perguntou para mim quem poderia ser essa Isla; que respondi à minha esposa que, se estava na folha de ponto e não compareceu no trabalho, só poderia ser uma funcionária fantasma; que tomei conhecimento que Isla não comparecia ao serviço através do Presidente do IPC, Levy Tavares, que atualmente ele é Vereador Municipal; que sou morador do Município de Castanheiras e quero o melhor para o Município e, por isso, quando tomei conhecimento desses fatos sobre a servidora Isla, fui falar com o Presidente da Câmara, Izaías Dias Fernandes; que Izaías me respondeu que queria uma coisa mais concreta e, então, resolvi juntar “mais coisas”; que, quando tive essa conversa com o Izaías, ele já era Presidente da Câmara de Vereadores; que minha ligação com o Presidente Izaías é pouca; que minha ligação maior é com a Vereadora Luciana, porque já trabalhei com ela; que fiz o comunicado dos fatos envolvendo Isla para o Presidente Câmara porque achei que o correto era “levar lá na cabeça”; que, quando digo que levei a comunicação ao Presidente da Câmara de Vereadores Izaías, quero esclarecer que fiz um papel escrito, não tendo sido só uma comunicação verbal; que o Presidente olhou o documento escrito que eu tinha feito e disse que não tinha como recebê-lo e, por isso, procurei o advogado para elaborar a peça; que esclareço que, quando fiz esse papel escrito para o Presidente da Câmara, eu só tinha conhecimento dos fatos envolvendo a servidora Isla; que em razão da forma como o Presidente falou, inclusive que não tinha como colocar em pauta o papel e o único fato que eu tinha levado ao conhecimento, resolvi procurar “mais coisas” e contratar advogado; que não tenho cópia deste documento que fiz para o Presidente da Câmara, porque, como não serviu



**PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PRESIDENTE MÉDICI**

para nada, resolvi descartar; que conheço o Prefeito Alcides desde 1988; que, apesar de termos morado e crescido vizinhos, não tenho grandes proximidades e nem desavenças com o Prefeito Alcides; que o meu objetivo ao fazer a denúncia contra o Prefeito Alcides foi o zelo com o bem público; que digo isso porque já teve oportunidade em que uma gestante deu à luz dentro do meu carro e isso se deu porque o Prefeito Alcides não procede a manutenção dos veículos públicos; que também tenho aversão às nomeações de pessoas sem capacidade que o Prefeito Alcides contrata para trabalhar na Administração Pública; que acredito que não coloquei esses dois fatos que mencionei aqui na Promotoria de Justiça na denúncia feita contra o Prefeito Alcides por descuido; que acredito que eu deveria ter citado também; que fui eu que escolhi os fatos que constaram na denúncia, não tendo sido induzido por ninguém; que não sou parente do Romário; que não jogo bola com o Romário; que não frequento e nem frequentei a mesma igreja ou escola que Romário; que conheço Romário há muito tempo, mas não somos próximos; que, certa feita, eu estava em frente a minha casa mexendo na internet, e Romário chegou; que eu e Romário passamos a conversar sobre o descaso com as coisas públicas e eu convidei Romário para tomarmos uma providência em relação ao gestor público; que me recordo que falei para Romário “vamos acabar com a festinha desse cara”; que acredito que o diálogo entre mim e o Romário se deu porque todo mundo na cidade sabe desse episódio dessa mulher que deu à luz dentro do meu carro; que Romário concordou em tomarmos uma providência e, então, ajustamos de fazer uma denúncia juntos; que Romário também foi comigo até o advogado que redigiu a denúncia, sem custo algum; que o advogado disse que não precisava assinar a denúncia porque seria protocolada na Câmara de Vereadores e porque não teve custas; que, até onde eu sei, apenas os advogados da prefeitura advogam em Castanheiras; que sei dizer que Deusdeti e o PM Agnaldo se formaram em Direito, porém não sei dizer se estão exercendo a profissão de advogado, em Castanheiras; que sei dizer que o Dr. Paulo de Laia tem escritório em Cacoal, mas é oriundo de Castanheiras; que não sei dizer se o Dr. Paulo de Laia tem escritório de advocacia em



**PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PRESIDENTE MÉDICI**

Castanheiras; que nunca vi nenhuma placa de escritório de advocacia em Castanheiras; que os fatos envolvendo a caminhonete do PSF, eu tomei conhecimento através de um vídeo que circulou nas redes de comunicação social de alguns cidadãos Castanheirenses; que me recordo que eu recebi esse vídeo e eu transmiti para o Fredimar, que ocupou a Secretaria Municipal de Saúde, na gestão do Prefeito Cláudio Martins de Oliveira; que em relação ao caminhão, a notícia que chegou até mim, foi uma fotografia do caminhão caído dentro do aterro de uma represa; que não fui até o local onde os fatos se deram; que eu já tinha conhecimento que esse caminhão tinha sido destinado para a Secretaria de Agricultura, porque esse caminhão veio na gestão do Prefeito Cláudio, junto com uma patrol; que esse caminhão, apesar de ser destinado à Secretaria de Agricultura, estava cedido à Secretaria de Obras; que não sei dizer o que o caminhão estava fazendo no dia em que caiu na represa; que não sei dizer o nome do proprietário da área onde tem o aterro, no qual o caminhão caiu; que não tenho lembrança da data em que esse fato envolvendo o caminhão aconteceu; também não tenho lembrança da data em que aconteceu o fato envolvendo a caminhonete, porque a minha memória não é muito boa para guardar coisas; que costumo armazenar as informações no aparelho celular, porém há dezoito dias perdi o aparelho celular; que não me recordo quem me mandou essa fotografia do caminhão; que não me recordo quem é que postou a notícia e o vídeo da caminhonete do PSF que havia capotado; que, a notícia relativa à diária do advogado, eu tomei conhecimento através do portal da transparência; que pesquisei as informações relativas a essa diária em minha casa; que minha esposa me ensinou a acessar o site do portal da transparência e, daí, fiz a pesquisa; que eu estava pesquisando os gastos do Município de Castanheiras com diárias e localizei essa diária para o assessor jurídico; que, em relação ao envolvimento do Prefeito Alcides com os Vereadores, posso dizer que não acompanhei o processo de cassação dos Vereadores Municipais, mas ouvia dizer na rua que havia tido um envolvimento entre os Vereadores e o Prefeito e apenas os Vereadores estavam sendo cassados; que achei estranha essa situação e me questionava por que o



**PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PRESIDENTE MÉDICI**

Prefeito Alcides não estava sendo cassado e, então, resolvi constar esse fato na denúncia; que, na qualidade de cidadão, me cabe fazer a denúncia e as autoridades investigarem; que, assim pensei que constando esse fato na denúncia, os Vereadores iriam investigar e descobrir qual era o envolvimento do Prefeito; que tenho ciência dos fatos que constaram na denúncia e fiz a denúncia porque minha convicção é que o Prefeito Alcides “vale tanto quanto os cassados”; que penso que não há como deixar a autoridade máxima do município impune; que frequentei a Câmara de Vereadores por cerca de cinco vezes, durante do mandato do Prefeito Alcides; que me recordo que estive na Câmara no dia em que levei o papel para o Presidente e ele não aceitou; que estive uma segunda vez, quando levei a denúncia de fls. 07/15 dos autos; que também estive na Câmara de Vereadores no dia em que o Plenário votou pelo arquivamento da denúncia que eu e o Romário assinamos; que Isla foi contratada pelo Município no começo da gestão do Prefeito Alcides e, quando fiz a denúncia, ela já não era mais contratada pelo Município; que acredito que o caminhão que caiu na represa não teve perda total, porque vejo um caminhão com as mesmas características (branco), circulando e fazendo serviços públicos; que não sei dizer se o caminhão teve avarias; que não sei dizer se a caminhonete que teve perda total tinha seguro; que cheguei a visualizar uma caminhonete nova no Município, mas não sei dizer se ela é oriunda de algum programa do Governo Federal ou se é substituição da caminhonete que deu perda total; que sei dizer que a atual caminhonete é de modelo diferente daquela que deu perda total; que não sei dizer se a equipe do PSF ficou sem poder trabalhar por causa da perda da caminhonete; que sei que o Município tem entre cinco ou seis veículos oriundos de programas; que todos os setores fazem uso desses veículos; que, em relação as diárias, posso dizer que acompanhei os gastos do Município até a época em que fiz a denúncia na Câmara de Vereadores (25/02/2019) e vi que se tratavam de gastos excessivos; que não sei dizer como está hoje a situação das diárias, mas vou retomar o acompanhamento pelo portal da transparência, a fim de me atualizar sobre os gastos com diárias; que não me recordo de nenhum fato específico que



**PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PRESIDENTE MÉDICI**

tenha me levado a denunciar a diária paga ao assessor jurídico, apenas achei estranho e denunciei, a fim de que fosse averiguado; que, na época em que trabalhei na Administração Pública, fazia o transporte de pacientes e sobre esse serviço incide o pagamento de diária; que no exercício dessa função, somente tive o interesse em receber a diária nos casos em que conduzi pacientes para os Municípios de Porto Velho e Vilhena; que fiz uma única condução de pacientes para Vilhena cumulada com pagamento de diária; que só aceitava receber diárias intermunicipais para esses locais porque a distância é grande e acabava tendo despesas de alimentação e pernoite; que, nos transportes de pacientes que fiz para Municípios limítrofes ou nos quais havia possibilidade de retorno no mesmo dia, eu abria mão da diária.” Nada mais havendo, vai o presente termo de declarações assinado pelo declarante e pelas demais pessoas que se faziam presentes ao ato.

LURDES HELENA BOSA  
Promotora de Justiça

PAULO GONÇALVES BORGES  
Declarante

LUCIANA R. FREIRES  
Secretária